

## Capítulo VIII

# A contribuição da GD para a eletrificação rural: o caso das cooperativas gaúchas de eletrificação rural

Por Luis Carlos Zucatto; Tania Nunes da Silva; Eugenio Ávila Pedrozo\*

A mini e a microgeração distribuída de energia elétrica são inovações que favorecem a sustentabilidade, pois asseguram a base da triple bottom line, uma vez que contribuem para a ampliação da base de beneficiários pela geração de energia elétrica, um serviço que se tornou oneroso no Brasil; possibilitam significativas reduções de custos e por outro lado, eventuais receitas, portanto, com impacto econômico e financeiro para os indivíduos, pequenas empresas, propriedades rurais; e, apresentam reduzidos efeitos adversos ao meio ambiente.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME, 2016), até maio deste ano (2016), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já havia registrado 3.565 conexões de geração distribuída (GD). Somente neste ano, de janeiro a maio, foram feitas 1.781 novas conexões, montante 6,5 vezes superior ao mesmo período de 2015, quando foram feitas 272 conexões. Assim, com estas novas conexões, o Brasil já contabiliza, por meio da GD, 29,7 megawatts (MW). No que tange ao tipo de fonte, a energia

fotovoltaica é a de maior destaque, com 3.494 conexões, seguida pela energia eólica, com 37 novas conexões. Em termos de capacidade total instalada, a energia gerada pelo sol também lidera, com 24,1 MW (mais de 80% do total), acompanhada pela energia hidráulica, com 2,5 MW. Em terceiro, o biogás, que soma 1,6 MW instalados.

É importante destacar que o ambiente regulatório para a GD, além do fomento via recursos alavancados pelo ProGD, que até 2030 deverão somar R\$ 100 bilhões (MME, 2016), tem favorecido o expressivo crescimento desse tipo de geração de energia elétrica no País. Nesse âmbito, especialmente por meio da Resolução Normativa N° 482, que entrou em vigor em 1° de março de 2016, a GD se torna mais atrativa, em aspectos como:

**Prazo:** Pela nova regra, quando a quantidade de energia gerada em determinado mês for superior à energia consumida naquele período, o consumidor terá um prazo maior para utilizar os créditos – 60 meses, em vez

dos 36 meses vigentes anteriormente;

**Autoconsumo remoto:** Outra novidade é que o consumidor poderá usar os créditos para abater a fatura de outros imóveis, cuja fatura esteja sob sua titularidade, mesmo em outros locais, desde que estejam na área de atendimento da mesma distribuidora. Esse tipo de utilização dos créditos foi denominado “autoconsumo remoto”;

**Condomínios:** Outra inovação da norma diz respeito à possibilidade de instalação de geração distribuída em condomínios (empreendimentos de múltiplas unidades consumidoras). Nessa configuração, a energia gerada pode ser repartida entre os condôminos em porcentagens definidas pelos próprios consumidores;

**Consórcios:** A nova resolução criará ainda a figura da “geração compartilhada”, possibilitando que diversos interessados se unam em um consórcio ou em uma cooperativa, instalem sistemas de geração distribuída e utilizem a energia gerada para redução das faturas dos consorciados ou cooperados, como se fossem um único consumidor;

**Isenção de ICMS:** Um dos principais pilares para a expansão da energia distribuída é a isenção da cobrança de ICMS sobre a energia inserida pelo consumidor na rede da distribuidora. O consumidor será tributado com o ICMS apenas sobre o saldo da energia que ele receber da distribuidora e não conseguir compensar;

**Isenção de PIS/Cofins:** Além de não pagar ICMS, também ficará isenta do PIS/Pasep e da Cofins a energia injetada pelo consumidor na rede elétrica e não compensada;

**Redução do Imposto de Importação:** Até 31 de dezembro de 2016, está reduzida de 14% para 2% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre bens de capital destinados à produção de equipamentos de geração solar fotovoltaica e até 31 de dezembro de 2015, foi reduzida de 14% para 2% o tributo incidente sobre importação de módulos fotovoltaicos;

**Apoio do BNDES:** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi autorizado pela Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, a apoiar com recursos a taxas diferenciadas projetos de eficiência energética e de geração distribuída por fontes renováveis em escolas e hospitais públicos (MME, 2015).

A Aneel não divulga o número de pessoas, empresas ou propriedades rurais beneficiadas com essas iniciativas. Há de se supor, contudo, que se em média houver 0,5 MW de geração em cada iniciativa, a energia elétrica destes empreendimentos equivale a 2% da capacidade de geração da Itaipu Binacional, que demandou elevadíssimos investimentos e com impactos ambientais, que foram amplamente discutidos. Se comparada à capacidade da Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira, que tem gerado debates intensos sobre a eficiência e sobre os impactos ambientais e sociais, os empreendimentos de micro e minigeração no País equivaleriam a 7,5% da geração total desta CHE. Entretanto, a mini e a microgeração são dispersas, com elevada capilaridade, gerando a energia elétrica junto, ou próxima, ao consumo, evitando problemas de perdas na transmissão e distribuição, assim como elevadíssimos custos de transmissão e vulnerabilidade do Sistema Integrado Nacional (SIN).

Por outro lado, nas áreas rurais de um país vasto como o Brasil, a distribuição de energia elétrica ainda carece de melhorias, especialmente no que tange à estabilidade do fornecimento, tensão nas redes e reposição do serviço quando há quedas provocadas por intempéries. No Rio Grande do Sul, a eletrificação rural foi desencadeada por meio de Cooperativas de Eletrificação Rural (CERs), que foram criadas com este



### Conjuntos de manobra de média tensão. Linha BR6.

- Tensão nominal: 17,5, 24 ou 36kV
- Corrente nominal: 630A ou 1250A
- Corrente de curta duração (Ik/tk): 20kA/1s
- Classificação de arco interno: AFL 12.5kA/1s ou AFL 20kA/1s

### Conjuntos de manobra de média tensão. Linha Metal Clad.

- Tensão nominal: 17,5, 24 ou 36kV
- Corrente nominal: 630A ou 1250A
- Corrente de curta duração (Ik/tk): 25, 31,5 ou 40kA/1s
- Classificação de arco interno: AFLR 25, 31,5 ou 40kA/1s



### BRkit

Disjuntor 17,5kV, do tipo vácuo, com proteção secundária incorporada, podendo ou não conter chave seccionadora, e testado no IEE-USP.

Trata-se de um produto muito prático e de fácil instalação, o que torna a subestação de alvenaria mais compacta e econômica por agregar diversos componentes em um único equipamento.

Somos homologados:



(21) 3812-3100

vendas@brval.com.br



brval.com.br

intuito. Hoje, essas organizações respondem pela distribuição de energia elétrica em 50% da área rural do RS (Fecoergs, 2015). Porém, as CERs não só distribuem a energia elétrica, como significativa parte delas tem iniciativas de geração, sendo que algumas destas iniciativas podem ser caracterizadas como de microgeração, uma vez que a potência instalada é de 1 MW ou menor. A partir desse contexto, se estabelece como objetivo deste estudo discutir a geração distribuída de energia elétrica e sua contribuição para a distribuição de energia elétrica nas áreas rurais sob a lógica da sustentabilidade.

### CAMINHO METODOLÓGICO

No que tange à coleta dos dados, foram realizadas 28 entrevistas em profundidade com gestores de organizações cooperativas, gestores de estruturas de representação, líder de classe de trabalhadores e especialistas em cooperativismo e em distribuição de energia elétrica em áreas rurais. Para analisar os dados, foram definidas, a priori, as categorias de análise a partir do embasamento teórico. Em relação às categorias de análise, Bardin (2004) explica que estas são ‘caixas’ em que o pesquisador, no processo de categorização dos dados, organiza as unidades de análise. Depois de categorizados, os dados foram interpretados sob a lógica interpretativo-analítica. Para Silva, Gobbi e Simão (2004), “o papel de interpretação da realidade social configura ao método de análise de conteúdo um importante papel como ferramenta de análise na pesquisa qualitativa nas ciências sociais aplicadas”.

### TEORIA DE BASE AO ESTUDO, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste estudo, se optou por uma

estratégia diferente daquela que, de maneira geral, se adota nos trabalhos acadêmicos: primeiro apresentar a base teórica e após os resultados, para serem, então, discutidos à luz daquele embasamento teórico. Se tem ciência do risco das críticas e se consideram, até, pertinentes eventuais críticas. Porém, dada a natureza do evento, acredita-se que essa nova proposta possa trazer alguma contribuição no sentido de se romper com alguns paradigmas. Como abordagens teóricas, são discutidas a mini e a micro geração distribuídas, as cadeias de fornecimentos curtas e a intercooperação, nas perspectivas ideológico-filosófica do movimento cooperativo e da competição, com as respectivas apresentação e discussão dos resultados, concomitantemente ao embasamento teórico.

### MINI E MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA ELÉTRICA NAS ÁREAS RURAIS

A mini e a microgeração de energia elétrica distribuída estão regulamentadas no Brasil desde 2012, por meio da Resolução Normativa Nº 482/2012, a qual prevê que “[...] o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade” (Aneel, 2012). Nesta Resolução, a Aneel define os parâmetros de até 100 KW para microgeração e de mais de 100 KW até 1 MW para minigeração. Porém, em maio de 2015, esse órgão regulador propôs que se ampliassem esses parâmetros, considerando-se como microgeração a partir de 75 KW e a minigeração, podendo atingir 3 MW para empreendimentos de fonte hidráulica e 5 MW para outras fontes (Aneel, 2015). Ao comentar o fato de que na mini e microgeração distribuídas de energia elétrica, produção e consumo estão próximos, Miranda (2013, p. 4)

defende que: “Esta peculiaridade é de grande relevância, pois minimiza perdas durante o transporte e pode evitar a necessidade de extensas linhas de transmissão”. À perspectiva deste autor pode-se acrescentar o fato de que, no caso de PCHs, por estarem localizadas de maneira capilarizada nas áreas de atuação das CERs, são predominantemente rurais e permitem que se sustente a tensão da energia na “ponta do sistema”. Nesse sentido, um dos entrevistados disse que a microgeração na ponta estabiliza o sistema. Afirmou também que “essa pequena parcela, perante o sistema, não é insignificante porque aqui na ponta, em momentos de pico de consumo, permite que se mantenha a tensão. Por isso, não tivemos queda ou interrupção no fornecimento quando caiu o Sistema Interligado (Entrevistado GC4). Essa perspectiva é reforçada por outros entrevistados, que afirmam ser necessário gerar energia elétrica próximo ao consumo, pois essa geração, apesar de parecer “modesta”, tem efeitos substanciais no sistema, especialmente aqui na “ponta”, como se referem às áreas rurais gaúchas (Entrevistados GCER2, GCER3, GCER7, GCER15, GOC2, EX11). Para distribuir energia elétrica nas áreas rurais, os agentes têm como principais desafios populações remotas e dispersão geográfica dos consumidores, baixo consumo médio por unidade, elevados custos de manutenção, instabilidade na renda dos consumidores rurais, que acabam por ter dificuldades para pagar as tarifas (Reiche, Covarrubia e Martinot, 2000; Hirmer e Cruickshank, 2014). Já, Lahimer et al., (2013) acrescentam ainda: crescimento populacional em declínio, escassez de fornecimento e elevada dependência de subsídios dos governos. Como alternativa a esses desafios para a distribuição de energia elétrica nas áreas rurais, a mini e a microgeração distribuída se apresentam como uma possibilidade importante, pois a complementaridade entre diferentes

fontes, como PCHs, eólica, fotovoltaica e de biomassa e biogás, podem proporcionar estabilidade na oferta de energia e também redução nos custos. Porém, dada a regulamentação vigente no país e os custos dos equipamentos, especialmente no caso da geração eólica e fotovoltaica, essas alternativas ainda não se consolidaram no país.

Outro aspecto que conspira a favor dessas fontes é a proximidade entre geração e consumo, isto é, baseiam-se na lógica de cadeias curtas. As questões pertinentes a essa lógica são apresentadas e discutidas na próxima seção.

### **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA BASEADA NA LÓGICA DE CADEIAS DE SUPRIMENTOS CURTAS**

As cadeias de suprimentos curtas, segundo Migliore, Schifani e Cembalo (2015), por sua natureza, têm efeitos positivos sobre o meio ambiente e na economia local. Os consumidores de produtos e serviços parecem confiar mais em cadeias de suprimento curtas, pois as têm próxima e a ciência de que o fornecimento é local lhes torna mais propensos a confiar no suprimento. Na visão de Renting, Marsden e Banks (2003), as cadeias curtas somente se sustentarão se houver o reconhecimento de que as pequenas comunidades são importantes para a manutenção da base econômica e social dos territórios, uma vez que estes se constituem no locus das relações que possibilitam a sobrevivência e reprodução dos grupos sociais. Vallejo (2002, p. 8) amplia esta perspectiva sobre território, dizendo que “[...] é o espaço geográfico em que se vive e que requer administração para o bem dos indivíduos e do conjunto da comunidade”. A partir dessas concepções acerca de cadeias curtas, território e das implicações das cadeias curtas para a economia local e meio ambiente, pode-se considerar que a mini e a microgeração de energia

elétrica, mesmo que não gerem efeitos ou impactos sobre o volume de oferta de energia no sistema como um todo, são importantes para as economias locais. Nesse sentido, o entrevistado GC3 disse que a PCH que a CER tem no Município de Inhacorá (RS), cuja capacidade é de 1,36 MW/h, em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB) gera para este município, aproximadamente, 1 milhão de reais por ano, sendo a segunda maior empresa em VAB nesse município. As cadeias de fornecimento de energia elétrica curtas também podem se constituir em estratégias de mitigação de efeitos a que estão sujeitos os “linhões”, como as perdas na transmissão, vulnerabilidades em relação a questões climáticas e de dispêndios para construção, operação e manutenção. Obviamente, a grande geração sustenta o sistema, porém apresenta gargalos e riscos, tanto no que diz respeito à eficiência, como no que tange à segurança e à estabilidade do fornecimento de energia elétrica. Ainda se tem um sistema extremamente dependente da grande geração centralizada porque não se vislumbrava a necessidade de se capilarizar a geração de energia elétrica, por meio de PCHs, fontes eólicas, fotovoltaicas, de biomassa e biogás.

As cadeias de fornecimento de energia elétrica curtas também podem assumir a perspectivas de (pequenos) sistemas locais, mais autônomos, especialmente para aquelas localidades distantes, para as quais a conexão ao SIN se torne deveras onerosa, pelos motivos já elencados. Assim, além de favorecer o desenvolvimento dessas regiões, a disponibilidade desse serviço poderá atrair investimentos como pequenas agroindústrias e outros negócios que dependem desse insumo. Em face a esses aspectos, as cadeias de fornecimento de energia elétrica curtas apresentam-se como uma importante estratégia para assegurar o acesso a um serviço fundamental para a qualidade

de vida e desenvolvimento de áreas rurais, em alternativa a um sistema complexo, caro e vulnerável a uma série de fatores. Pode-se pensar nessas cadeias não só para áreas que ainda não disponham de acesso à energia elétrica, mas também para aquelas que já disponham do serviço, mas que poderá paulatinamente ser complementado ou, quiçá, paulatinamente substituído.

### **À INTERCOOPERAÇÃO COMO FORMA DE VIABILIZAR EMPREENDIMENTOS DE MINI E MICROGERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA ELÉTRICA**

A intercooperação é o sexto dos sete princípios do movimento cooperativo e, de acordo com a International Co-Operative Alliance (ICA, 2015), as organizações cooperativas servem mais efetivamente a seus membros e fortalecem o movimento cooperativo, quando trabalham conjuntamente, baseadas em locais, regionais e internacionais. Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), “[...] a intercooperação é o esforço conjunto das cooperativas para fortalecer sua capacidade de atuação no mercado fazendo com que os cooperados sejam atendidos de forma eficaz em suas necessidades”. Já, na lógica de Baggio (2009), além de ser uma base filosófica do movimento cooperativo, a intercooperação é uma forma de mútua cooperação entre as organizações cooperativas, cujos objetivos são de assegurar os interesses dos associados e das comunidades em que essas organizações atuam. Ações de intercooperação favorecem trocas entre as organizações cooperativas, gerando benefícios mútuos. E, neste sentido, Braga (2010, p. 13) defende que as ações podem ser de diferentes naturezas: “a intercooperação pode acontecer simplesmente através de trocas de informações e experiências, ou



ainda através da compra e/ou vendas em comum”.

No Rio Grande do Sul, as CERs nasceram com o objetivo de construir redes para distribuição de energia elétrica e, hoje, são 15 dessas organizações cooperativas que fornecem energia elétrica para 50% da área rural gaúcha (Fecoergs, 2015). No entanto, algumas dessas CERs optaram por gerar energia elétrica, por meio de PCHs, aproveitando recursos hídricos em suas áreas de atuação. Nessa perspectiva, podem-se relatar ações que a Creluz desenvolve, como é o caso da Cooperativa de Geração do Rio da Várzea (Coogerva), a qual é uma iniciativa desta CER mais a Cooperluz, Coprel e Certel para a construção de duas PCHs no Rio da Várzea: PCH Linha Aparecida e PCH Linha Jacinto, ambas no município de Rodeio Bonito (RS) (Creluz, 2015).

Em relação a esta iniciativa, os entrevistados GC4, GC7, GC10 e GC15

disseram que as obras demandam elevado aporte de recursos e que nenhuma das quatro CERs, isoladamente, conseguiria oferecer as garantias necessárias à obtenção de financiamento para tanto. A saída foi formar uma cooperativa em que as quatro CERs ofereceram garantias e o agente financiador aloca os recursos proporcionalmente às garantias de cada participante na Coogerva. Outra iniciativa de intercooperação, de acordo com o entrevistado GC2, foi a implementação da Cooperventos Giruá S.A, com a finalidade de fazer inventário eólico no município de Giruá. Essa iniciativa tem a participação de três CERs: Certhil, Creluz e Ceriluz, além de uma empresa de capital privado. Este entrevistado afirmava que, após 24 meses de medição, os dados apontavam para viabilidade de um campo com dez torres com capacidade total de 2 MW/h cada. Como iniciativas desta natureza, por exigirem investimentos significativos

apresentam riscos, ao se unirem, as CERs envolvidas diluem o risco. Além destes relatos, existem outras iniciativas no campo gaúcho em que a energia elétrica chega por meio da ação dessas organizações cooperativas. É importante destacar que essas organizações já foram em número maior, porém, algumas foram incorporadas por outras ou se autoliquidaram, dando espaço a outros agentes para suprir esse serviço. No entanto, essas organizações cooperativas estão promovendo avanços significativos no contexto da microgeração distribuída de energia elétrica, uma vez que têm elevado número de projetos aguardando licenciamento ambiental que somariam R\$ 1 bilhão de investimentos em todo o RS. Esses projetos, em sua maior parte, são de PCHs, porém, há também na área da energia eólica e de biomassa, como é o caso da Creral, que está em fase final de um projeto de microgeração a partir da queima da casca de arroz.



**Descubra todas as vantagens que a Fibra de vidro Enmac traz para sua obra!**

Os produtos Enmac são fabricados em fibra de vidro pelo processo de pultrusão, resultando em um material leve, resistente e durável, pois não sofre com a comum oxidação do aço.



www.enmac.com.br  
(11) 2489-5200  
enmac@enmac.com.br

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, nas áreas rurais, a micro e a minigeração distribuída de energia elétrica são um desafio maior do que nas áreas urbanas, uma vez que os consumidores são mais distantes, alguns com baixo consumo per capita. Por conta desses desafios, a oferta desse serviço nessas áreas nem sempre é de qualidade satisfatória e depende de agentes que não são orientados somente pelo retorno do investimento, mas também por outras lógicas, além de depender de subsídios dos governos. Entretanto, ainda se tem um sistema (SIN) que é baseado na lógica da eficiência, orientado pela modicidade tarifária e que, por ser complexo e de grandes dimensões, é vulnerável, e que ultimamente tem apresentado problemas de sustentação econômica, ambiental, social e tecnológica.

Por outro lado, as CERs, apesar de interligadas ao SIN, conseguem dar respostas mais satisfatórias, especialmente, aos problemas da distribuição de energia elétrica nas áreas rurais, comparativamente aos demais agentes. Essas organizações cooperativas também têm iniciativas de microgeração distribuída de energia elétrica, isto é, geram e “jogam” na rede de distribuição já próximo ao empreendimento de geração, normalmente, PCHs. Assim, quanto à contribuição para a geração de energia elétrica sob a lógica da sustentabilidade, as CERs têm se destacado por observar as perspectivas social, ambiental e econômica. A perspectiva social, sobretudo, por empreendimentos de PCHs, que não requerem a remoção de agricultores por alagamento de suas terras, é uma escolha dessas organizações cooperativas para viabilizar a permanência dos associados em suas propriedades. Por fim, entende-se que seja necessária a complementação e, em algumas regiões, a substituição paulatina do atual sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, pois tem apresentado

vulnerabilidades, com pontos críticos de elevado ônus para sustentá-lo. Sabe-se que essa substituição implica em alterações no Marco Regulatório e pode gerar embates em vista do interesse dos agentes. Porém, o interesse social deve prescindir de outros interesses.

## REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). (2012). *Informações técnicas*.
- Aneel. *Revisão da norma que trata da micro e da minigeração distribuída está em audiência*.
- Baggio, Adelar F. *Estratégias de cooperação e relações associativistas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- Bardin, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Braga, Marcel J. *Redes, alianças estratégicas e intercooperação: o caso da cadeia produtiva de carne bovina*. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v.39, p.11-16, 2010.
- Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (FECOERGS). (2015). *Pequenas centrais hidrelétricas em operação*.
- Hirmer, Stephanie; Cruickshank, Heather. *The user-value of rural electrification: an analysis an adoption of existing models and theories*. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 34, p. 145-154, June, 2014.
- International Co-Operative Alliance. (2015). *Co-operative identity, values & principles*.
- Lahimer, A. A.; Alghoul, M. A.; Yousif, F.; Razikov, T. M.; Amin, N. E Sopian, K. *Research and development aspects on decentralized electrification options for rural household*. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 24, August, p. 314-324, 2013.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2014). *Cooperativismo e associativismo*.
- Ministério de Minas e Energia. (2015). *Brasil lança Programa de Geração Distribuída com destaque para energia solar*.
- Ministério de Minas e Energia. (2016). *Brasil registra 3.565 conexões de geração distribuída até maio*.
- Migliore, Giuseppina; Schifani, Giorgio; Cembalo, Luigi. *Opening the black box of*

*food quality in the short supply chain: effects of conventions of quality on consumer choice*. *Food Quality and Preference*, v. 39, p. 141-156, 2015.

- Miranda, Raul F. C. *Análise da inserção de geração distribuída de energia solar fotovoltaica no setor residencial brasileiro*. 291f. Dissertação. Mestrado em Planejamento Energético. (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2013.
- Reiche, Kilian; Covarrubia, Alvaro; Martinot, Eric. (2000). *Expanding electricity access to remote areas: off-grid rural electrification in developing countries*.
- Renting, Henk; Marsden, Terry K.; Banks, Jo. *Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development*. *Environment and Planning A*, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.
- Silva, Cristiane R.; Gobbi, Beatriz C.; Simão, Ana A. *O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método*. *Organizações Rurais Agroindustriais*, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.
- Vallejo, Luiz R. *Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas*. *Geographia*, v.4, n.8, p. 51-72, 2002

\*Professor Dr. Luis Carlos Zucatto é Professor da Universidade Federal de Santa Maria, Chefe do Departamento de Administração do Campus Palmeira das Missões da UFSM e professor do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da UFSM.

Professora Dra. Tania Nunes da Silva é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Dr. Eugenio Avila Pedrozo é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO

Acompanhe todos os artigos deste fascículo em [www.osetoreletrico.com.br](http://www.osetoreletrico.com.br)

Dúvidas, sugestões e comentários podem ser encaminhados para [redacao@atitudeditorial.com.br](mailto:redacao@atitudeditorial.com.br)